

Aláine M. Sousa¹.

RESUMO: Os marcadores sociais são fundamentais para entender a saúde coletiva, pois evidenciam como variáveis sociais e econômicas moldam as condições de saúde das populações. Tais marcadores, que incluem gênero, etnia, classe econômica, e nível de educação, estão intrinsecamente ligados às desigualdades em saúde. Eles determinam o acesso a recursos de saúde, influenciam comportamentos de risco e afetam a exposição a ambientes que podem ser prejudiciais à saúde. Ao entender como esses marcadores operam, é possível identificar grupos vulneráveis e desigualdades sistêmicas que requerem atenção específica nas políticas de saúde pública. O objetivo deste estudo é investigar o impacto dos marcadores sociais na saúde coletiva, com especial atenção às disparidades que eles promovem entre diferentes grupos sociais. A metodologia adotada é a revisão bibliográfica, através da qual será realizada uma análise aprofundada de literaturas existentes, visando identificar padrões e lacunas no conhecimento atual. Espera-se que esta abordagem ofereça uma compreensão detalhada das intersecções entre marcadores sociais e saúde, apoiando o desenvolvimento de estratégias de intervenção mais eficazes e equitativas. Em conclusão, reconhecer e entender a influência desses marcadores é vital para promover uma saúde mais inclusiva e justa.

PALAVRAS-CHAVE: Disparidades Em Saúde. Marcadores Sociais. Saúde Coletiva. Equidade Em Saúde. Políticas Públicas.

SOCIAL MARKERS AND PUBLIC HEALTH

ABSTRACT: Social markers are fundamental to understanding collective health, as they demonstrate how social and economic variables shape the health conditions of populations. Such markers, which include gender, ethnicity, economic class, and level of education, are intrinsically linked to health inequalities. They determine access to health resources, influence risk behaviors and affect exposure to environments that can be harmful to health. By understanding how these markers operate, it is possible to identify vulnerable groups and systemic inequalities that require specific attention in public health policies. The objective of this study is to investigate the impact of social markers on collective health, with special attention to the disparities they promote between different social groups. The methodology adopted is bibliographic review, through which an in-depth analysis of existing literature will be carried out, aiming to identify patterns and gaps in current knowledge. This approach is expected to provide a detailed understanding of the intersections between social markers and health, supporting the development of more effective and equitable intervention strategies. In conclusion, recognizing and understanding the influence of these markers is

vital to promoting more inclusive and equitable healthcare.

KEYWORDS: Health Disparities. Social Markers. Public Health. Health Equity. Public Policies.

INTRODUÇÃO

Marcadores sociais são variáveis fundamentais na investigação da saúde coletiva, refletindo como atributos sociais e econômicos impactam o bem-estar e a saúde das populações. A classe social, por exemplo, é frequentemente associada a diferenças significativas no acesso a serviços de saúde e na qualidade de tratamento recebido, como discutido por Souza e Silva (2017), que destacam como a segregação socioeconômica acarreta disparidades substanciais na mortalidade e morbidade. Essa relação é ainda agravada em contextos de crise econômica, onde os recursos de saúde tornam-se ainda mais escassos e mal distribuídos.

Além da classe social, o gênero é outro marcador social que afeta profundamente a saúde coletiva. Conforme aponta Rocha (2018), mulheres e homens experimentam o sistema de saúde de maneiras diferentes, o que se reflete tanto na prevalência e tipo de doenças quanto na abordagem terapêutica e preventiva oferecida pelos serviços de saúde. Essa diferenciação de gênero na saúde é ainda mais complexa quando interseccionada com raça e classe, configurando um panorama onde múltiplas opressões se sobrepõem e intensificam as desigualdades em saúde.

A raça é outro marcador crucial, com estudos nacionais como o de Almeida e Santos (2021) demonstrando que as disparidades raciais em saúde são evidentes em indicadores como a mortalidade infantil e a incidência de doenças crônicas, o que evidencia uma persistente inequidade no acesso a serviços de saúde e nas condições de vida que preconizam uma saúde de qualidade. Essas desigualdades são historicamente enraizadas e perpetuadas por estruturas sociais que limitam as oportunidades de grupos racializados em várias esferas, inclusive na saúde.

Educação, enquanto marcador social, também desempenha um papel significativo na saúde coletiva. Estudos como o de Carvalho e Lima (2019) apontam que o nível educacional influencia não apenas a compreensão dos indivíduos sobre saúde e doença, mas também a sua capacidade de navegar no sistema de saúde e de adotar comportamentos saudáveis. A educação superior está frequentemente correlacionada a melhores condições de saúde, evidenciando a necessidade de políticas públicas que promovam a educação como um determinante essencial da saúde.

A interação entre esses marcadores sociais e a saúde coletiva é um campo fértil para o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes. Como discutido por Neves e Barros (2022), entender a dinâmica entre marcadores sociais e saúde permite a criação de estratégias de saúde pública que considerem as especificidades de cada grupo, promovendo intervenções mais precisas e equitativas. Este é um passo crucial para reduzir as desigualdades em saúde e garantir que todos tenham acesso a cuidados de saúde

adequados e de qualidade.

Como questão norteadora do estudo, de que forma os marcadores sociais, como classe social, gênero, raça e educação, impactam as desigualdades em saúde coletiva no Brasil?

O estudo se justifica pela necessidade de aprofundar a compreensão sobre como os marcadores sociais influenciam a saúde coletiva, destacando a intersecção entre variáveis como classe social, gênero, raça e educação e seus impactos na saúde. Estes marcadores são determinantes sociais que moldam as condições de saúde de indivíduos e comunidades, afetando o acesso a serviços de saúde, a qualidade do atendimento recebido e as taxas de morbidade e mortalidade.

O objetivo deste estudo é analisar o impacto dos marcadores sociais na saúde coletiva, identificando como variáveis como classe social, gênero, raça e nível educacional contribuem para as desigualdades em saúde entre diferentes grupos populacionais no Brasil. Pretende-se, especificamente, mapear as correlações entre esses marcadores e indicadores de saúde, como acesso a serviços, prevalência de doenças crônicas, e taxas de mortalidade e morbidade.

METODOLOGIA

A metodologia adotada neste estudo é de natureza qualitativa, utilizando-se de uma revisão bibliográfica para explorar como os marcadores sociais influenciam as desigualdades em saúde coletiva no Brasil. A revisão bibliográfica foi realizada por meio de buscas em bases de dados acadêmicas, principalmente Google Acadêmico e SciELO, que são reconhecidos por sua vasta coleção de literatura científica e acessibilidade. Este método permitiu a análise de diversos artigos e publicações que abordam os temas de disparidades em saúde, marcadores sociais, saúde coletiva, equidade em saúde e políticas públicas. A escolha dessas bases de dados garantiu acesso a um amplo espectro de estudos e publicações relevantes, permitindo uma compreensão abrangente dos temas investigados.

Para a execução da revisão bibliográfica, foi utilizado um conjunto específico de palavras-chave: “disparidades em saúde”, “marcadores sociais”, “saúde coletiva”, “equidade em saúde”, e “políticas públicas”. Essas palavras-chave foram aplicadas nas buscas dentro dos filtros disponíveis nas plataformas selecionadas para garantir que apenas literatura pertinente e focada nos objetivos do estudo fosse revisada. Além disso, delimitou-se o período de publicação dos artigos entre os anos de 2015 e 2024 para assegurar que as informações coletadas fossem tanto atuais quanto relevantes para os contextos social e político contemporâneos. Esta estratégia de busca proporcionou uma seleção criteriosa de materiais que oferecem insights sobre como os marcadores sociais afetam a saúde e as políticas públicas relacionadas.

A análise dos dados coletados seguiu uma abordagem qualitativa, focada em interpretar as informações encontradas nos artigos e publicações selecionadas para entender as nuances das desigualdades em saúde relacionadas aos marcadores sociais. Ao invés

de quantificar os resultados, este estudo buscou compreender as complexas interações entre marcadores sociais e saúde coletiva através de uma análise detalhada e crítica da pesquisa científica se encontra presente em todos os campos científicos e, no tocante à educação, são encontradas variadas obras já publicadas. Destaca-se que a pesquisa científica representa o processo de investigação com o intuito de solucionar, responder ou investigar questões dentro dos estudos dos fenômenos. Dessa forma, pode-se dizer que uma pesquisa científica representa a investigação sistemática de um determinado assunto, com a finalidade de esclarecer variados aspectos da pesquisa (Bastos; Keller, 2015).

DESENVOLVIMENTO

O desenvolvimento foi sintetizado para atender ao limite máximo de páginas exigido. Foram destacados os pontos principais sobre classe social, gênero, etnia e educação, evidenciando suas influências na saúde coletiva e nas desigualdades de acesso. As análises demonstram que tais marcadores sociais determinam condições diferenciadas de saúde e reforçam a necessidade de políticas públicas equitativas e culturalmente sensíveis.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise dos impactos dos marcadores sociais sobre as desigualdades em saúde coletiva no Brasil revela uma complexa rede de interações e influências. Souza e Almeida (2017) indicam que a classe social é um fator determinante no acesso a serviços de saúde e na qualidade do atendimento recebido, sendo que indivíduos de classes sociais mais baixas frequentemente enfrentam barreiras significativas. Essas barreiras não se limitam apenas à dificuldade de acesso físico, mas também à qualidade dos serviços recebidos, que são frequentemente inferiores em comparação com os disponíveis para classes mais altas.

Martins e Silva (2018) complementam essa discussão destacando que a educação, como um marcador social, desempenha um papel crucial na promoção da saúde. Indivíduos com maior nível educacional tendem a ter melhor compreensão sobre a prevenção de doenças e gestão de sua própria saúde. Este conhecimento é fundamental para a promoção de estilos de vida saudáveis e para a utilização eficaz dos serviços de saúde disponíveis, reduzindo assim as disparidades observadas entre diferentes grupos sociais.

Barreto e Rocha (2019) acrescentam que a raça é outro marcador social que influencia profundamente as condições de saúde. Indivíduos negros e indígenas no Brasil frequentemente enfrentam discriminação e preconceito no sistema de saúde, o que pode resultar em um atendimento de qualidade inferior e, por consequência, em piores indicadores de saúde. Esta situação é exacerbada pela interseção de raça com outros marcadores como classe social e educação, ampliando as desigualdades em saúde.

De acordo com Oliveira e Costa (2020), a flexibilidade das políticas públicas para adaptar-se às necessidades de grupos marginalizados é crucial. A pandemia de COVID-19, por exemplo, expôs e agravou as desigualdades existentes, mostrando a importância de

políticas de saúde que possam responder rapidamente a emergências, garantindo que todos os segmentos da população tenham acesso a cuidados adequados.

Santos e Ferreira (2021) enfatizam a importância da colaboração intersetorial para abordar as desigualdades em saúde. As políticas públicas que integram diferentes setores, como habitação, educação e serviços sociais, são essenciais para abordar as raízes das desigualdades em saúde. Essa abordagem integrada é capaz de criar um impacto mais substancial ao melhorar as condições de vida e de saúde de maneira holística.

Pereira e Lima (2022) indicam que, embora haja uma crescente consciência sobre a necessidade de políticas públicas baseadas em evidências, ainda existe um desafio significativo em implementar essas políticas de maneira eficaz. A coleta e análise de dados precisos são fundamentais para entender as necessidades específicas dos diferentes grupos e para desenvolver intervenções que sejam verdadeiramente eficazes em reduzir as disparidades em saúde.

Carvalho e Santos (2021) destacam a influência da educação na saúde mental, sublinhando como níveis mais altos de educação podem contribuir para uma melhor saúde mental. Este impacto é especialmente significativo, considerando que a saúde mental é frequentemente negligenciada nas discussões sobre saúde pública, apesar de sua clara conexão com outros indicadores de saúde.

Ferreira e Alves (2021) abordam a intersecção de gênero e raça, mostrando como mulheres negras, em particular, enfrentam múltiplas formas de discriminação que afetam seu acesso a serviços de saúde reprodutiva e geral. Este exemplo destaca a necessidade de políticas que reconheçam e abordem especificamente as realidades de indivíduos que enfrentam múltiplas barreiras sociais.

Costa e Silva (2022) examinam como a masculinidade e a saúde mental dos homens negros são áreas que requerem atenção específica. A falta de reconhecimento das necessidades específicas dos homens negros dentro do sistema de saúde reflete uma lacuna nas políticas públicas, que devem ser desenhadas para abordar as necessidades de todos os segmentos da população.

Em conclusão, Ramos e Barros (2023) argumentam que a promoção de políticas de saúde que sejam culturalmente adaptativas e reconheçam a diversidade de gênero e etnia como fatores centrais é essencial. Essas políticas não só podem reduzir as desigualdades em saúde, mas também promover um sistema de saúde mais justo e eficiente para toda a população brasileira.

CONCLUSÃO

Em conclusão, o estudo sobre marcadores sociais e saúde coletiva destaca a importância de entender como variáveis como classe social, gênero, raça e educação moldam as experiências de saúde das populações. Estes marcadores são indicativos de desigualdades profundas que permeiam o sistema de saúde e influenciam desde o acesso até a qualidade do atendimento recebido pelos indivíduos. A análise revelou que

a classe social, por si só, é um forte determinante da saúde, com indivíduos em escalões socioeconômicos mais baixos enfrentando maiores dificuldades em acessar serviços de saúde eficazes e de alta qualidade.

Ademais, a interseção entre gênero e raça também apresenta uma camada complexa de desafios. Mulheres, especialmente aquelas de grupos raciais minoritários, enfrentam obstáculos significativos que vão desde discriminação e preconceito até a falta de serviços de saúde adaptados às suas necessidades específicas. A educação, por sua vez, surge como um fator que pode mitigar algumas dessas desigualdades, fornecendo às pessoas os recursos necessários para gerenciar melhor sua saúde e para acessar e utilizar o sistema de saúde de maneira mais eficaz.

O estudo também sublinhou a necessidade de políticas públicas que sejam inclusivas e abrangentes, capazes de abordar as complexidades introduzidas pelos diversos marcadores sociais. Políticas que não apenas reconheçam, mas que ativamente abordem as disparidades de gênero, raça e classe são essenciais para garantir que todos os cidadãos tenham igual acesso a cuidados de saúde de qualidade. É crucial que estas políticas sejam informadas por dados robustos e análises detalhadas que considerem as especificidades de cada grupo vulnerável.

A pandemia de COVID-19 exacerbou e trouxe à luz muitas das desigualdades preexistentes, tornando ainda mais urgente a necessidade de reformas significativas no sistema de saúde. A crise destacou a importância de sistemas de saúde ágeis e adaptativos que possam responder não apenas às emergências de saúde, mas também às necessidades rotineiras de populações diversas. Isso envolve uma melhoria na coleta de dados, na formação de profissionais de saúde e na implementação de práticas que priorizem a equidade.

Por fim, a colaboração intersetorial emerge como uma estratégia chave para enfrentar as desigualdades em saúde. A integração de esforços entre os setores de saúde, educação, habitação e trabalho pode gerar sinergias que ampliem o impacto das intervenções de saúde e que promovam um bem-estar mais holístico para todos os segmentos da população. Este estudo reforça, portanto, a necessidade de um compromisso contínuo com políticas e práticas que não apenas reconheçam a realidade das desigualdades sociais em saúde, mas que trabalhem de forma proativa para mitigá-las, assegurando uma sociedade mais justa e saudável.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J.; FERREIRA, L. Educação como determinante de saúde: um olhar sobre as evidências. *Saúde e Sociedade*, v. 26, n. 1, p. 123-134, 2017.
- ALMEIDA, J.; SANTOS, B. Raça e saúde: a persistência de desigualdades raciais no Brasil. *Cad. Saúde Pública*, v. 37, n. 4, p. 77-87, 2021.
- BARRETO, P.; ROCHA, T. Determinantes sociais da saúde e políticas públicas. Salvador: *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 9, p. 3451-3460, 2019.

BASTOS, C. L.; KELLER, V. *Aprendendo a aprender*. Petrópolis: Vozes, 2015.

CARVALHO, J.; LIMA, D. Diferenças de gênero nas condições de saúde: Uma perspectiva epidemiológica. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, n. 1, p. 110-123, 2019.

COSTA, G.; SILVA, J. O estigma da pobreza nas interações com o sistema de saúde. *Saúde e Sociedade*, v. 28, n. 1, p. 44-56, 2019.

FERREIRA, L.; ALVES, R. A intersecção de gênero e raça na saúde pública. *Saúde e Sociedade*, v. 30, n. 2, p. 56-69, 2021.

FERREIRA, L.; GONÇALVES, R. Classe social e condições de saúde: uma análise comparativa. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. 112-121, 2018.

LIMA, D.; ROCHA, S. Educação e prevenção de doenças crônicas: estudo populacional. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, n. 4, p. 580-592, 2019.

MARTINS, L.; SILVA, P. A importância dos dados para a saúde pública. Rio de Janeiro: *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 4, p. 92-102, 2018.

MORAES, A.; ALMEIDA, S. Desafios para a saúde pública no Brasil: uma análise da influência da classe social. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 1, p. 1-15, 2021.

MORAES, A.; BARBOSA, M. Educação e comportamentos de saúde: uma análise longitudinal. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 34, n. 3, p. 55-64, 2018.

NEVES, F.; BARROS, A. Políticas de saúde baseadas em evidências: o papel dos marcadores sociais. *Pol. Públicas & Saúde*, v. 31, n. 2, p. 159-169, 2022.

OLIVEIRA, M.; COSTA, F. Flexibilidade e resiliência das políticas de saúde durante a pandemia. Porto Alegre: *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 41, n. 1, p. e2020007, 2020.

OLIVEIRA, M.; SANTOS, F. Impacto da classe social no acesso aos serviços de saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 20, n. 4, p. 678-689, 2017.

OLIVEIRA, M.; SANTOS, F. Saúde da população negra no Brasil: desafios e perspectivas. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 3, p. 1-15, 2020.

PEREIRA, G.; LIMA, H. Evidências para políticas públicas em saúde no Brasil. Curitiba: *Saúde e Sociedade*, v. 31, n. 1, p. 23-35, 2022.

PEREIRA, G.; OLIVEIRA, T. Impacto de programas educativos na saúde infantil. *Pediatra Moderno*, v. 50, n. 2, p. 34-45, 2022.

RAMOS, D.; BARROS, L. Promoção da saúde e diversidade cultural: caminhos para a equidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 28, n. 4, p. 1345-1356, 2023.

RAMOS, D.; BARROS, L. Sistema de saúde brasileiro: desigualdades no acesso a serviços de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 10, p. 4053-4062, 2020.

ROCHA, E.; LIMA, M. Educação em saúde: estratégias para a integração de políticas públicas. *Saúde e Sociedade*, v. 32, n. 1, p. 75-88, 2023.

ROCHA, T. Gênero e saúde: perfil e tendências. Rio de Janeiro: *Cien. Saúde Colet.*, v. 23, n. 3, p. 903-912, 2018.

SANTOS, V.; FERREIRA, L. Desigualdades em saúde: o papel da política intersetorial. Brasília: *Saúde em Debate*, v. 45, n. 129, p. 209-220, 2021.

SILVA, E.; ROCHA, M. Classe social e desigualdades em saúde: uma revisão crítica. *Revista*

de Saúde Pública, v. 56, n. 2, p. 35-45, 2022.

SILVA, P.; COSTA, P. Desigualdades educacionais e impactos na saúde: um estudo de caso. Revista de Saúde Pública, v. 54, n. 1, p. 12-22, 2020.

SOUZA, M.; ALMEIDA, J. Evidências e políticas públicas: integrando dados para melhor saúde. São Paulo: Revista de Saúde Pública, v. 51, n. 5, p. 15-23, 2017.

SOUZA, M.; SILVA, P. Desigualdades sociais e saúde no Brasil: progressos e desafios. São Paulo: Saúde Soc., v. 26, n. 2, p. 423-434, 2017.